

PARA ALÉM DA SALA DE AULA: TEMPOS DE TRABALHO DE PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

*BEYOND THE CLASSROOM: LABOR TIMES OF TEACHERS OF THE INSTITUTO FEDERAL
DE MATO GROSSO*

¹Danilo Herbert Queiroz Martins

²Tania Ludmila Dias Tosta

¹Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT. E-mail: danilo.queiroz@ifmt.edu.br.

²Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: tania_tosta@ufg.br

Artigo submetido em 11/02/2021, aceito em 13/04/2021 e publicado em 31/08/2022.

Resumo: Este artigo visa a análise do tempo de trabalho de docentes da educação profissional e tecnológica, destacando não apenas os registros oficiais de trabalho, mas também os tempos não contabilizados formalmente. A partir de uma abordagem qualitativa mediante um estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT/Campus Cuiabá, examinamos a vivência de professores e professoras da instituição por meio da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam a existência de tempos de trabalho não contabilizados em suas jornadas, muitas vezes entrelaçados com outras temporalidades, além da dificuldade de demarcação de fronteiras entre tempos de trabalho e de não trabalho.

Palavras-chave: trabalho docente; tempos sociais; Institutos Federais; educação profissional e tecnológica.

Abstract: This article aims to analyze the work-time of teachers of professional and technological education, highlighting not only their official labor records, but also work time not formally accounted. Drawing on a qualitative approach as a case study of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso – IFMT/Campus Cuiabá, we examine the experience of teachers at the institution through the application of questionnaires and semi-structured interviews. The results indicate unaccounted labor time in their working hours, often intertwined with other temporalities, in addition to the difficulty of establishing boundaries between working and non-working times.

Keywords: teaching work; social times; Federal Institutes; professional and technological education.

¹ Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT. E-mail: danilo.queiroz@ifmt.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3660-9876>.

² Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: tania_tosta@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9858-0485>.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as vivências dos tempos sociais é uma tarefa complexa e também necessária, pois permite o entendimento de um importante aspecto da vida humana em sociedade: o tempo enquanto uma construção social. Tratando-se de uma análise de vivências temporais pelos docentes, especialmente no que tange o tempo de trabalho, considera-se o professor enquanto um dos principais atores da educação, de modo que a profissão tem sofrido com novas sistemáticas e conjunturas de flexibilização e exploração de sua força de trabalho, o que tem implicado em alterações no ambiente de trabalho, assim como fora dele. Seu trabalho está sendo transformado pela exigência de mais resultados materiais ou imateriais (DAL ROSSO, 2008), sendo marcado por uma grande diversidade de tarefas para cumprir, o que exige competências profissionais diversificadas, dentro e fora de sala de aula (TARDIF; LESSARD, 2014), com a aplicação da lógica da eficiência e de organização escolar baseado no modelo de organização do trabalho de empresas capitalistas (HYPOLITO; VIEIRA; PIZZI, 2009; SOUZA, 2013).

Este artigo situa-se no campo dos estudos do trabalho, tendo o tempo de trabalho como objeto de estudo. Neste contexto, os tempos de trabalho apresentam uma centralidade a partir dos quais são organizados os de não trabalho, sendo considerados como categorias organizadoras da vida social (CARDOSO, 2010). Faz-se um recorte enquanto análise do trabalho docente da educação profissional e tecnológica (EPT), por meio de um estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

Tem como objetivo a análise do tempo de trabalho dos docentes da educação profissional e tecnológica, destacando aqueles não contabilizados e considerados nos registros institucionais. Para tanto, apresenta uma breve análise sobre os tempos de trabalho dos professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT); comenta vivências de tempos de trabalho que não são registradas institucionalmente, e em alguns casos nem são percebidas; e expõe a dificuldade de demarcação de fronteiras entre tempos de trabalho e de não trabalho, assim como suas classificações.

Com isso, busca-se contribuir com os estudos acerca do trabalho docente na EPT, destacando aqueles relativos a vivências temporais, de trabalho e de não trabalho. Também contribui para a práxis da educação profissional e tecnológica, sendo, em última instância, uma reflexão sobre a apropriação de parcelas de tempos de trabalho sem o seu reconhecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O tempo é um importante elemento para se analisar as sociedades humanas, especialmente considerando que é uma dimensão essencial da relação do indivíduo com o mundo, como afirma Grossin (apud CARDOSO, 2010). A consciência da sua duração e o estabelecimento de marcas delimitadoras entre passado, presente e futuro também têm sido consideradas características distintivas do ser humano em relação a outros animais (WHITROW, 1993; ELIAS, 1998; SOUZA, 2016).

Dessa forma, “o tempo é, em cada sociedade, experiência, representação, norma, valor, instituição e referência” (CARDOSO, 2010, p. 102). Logo, uma parte é mensurável: por meio de calendário, relógio, controle de ponto etc.; e, simultaneamente, há outra parte que não é possível ser contabilizada, que é a maneira pela qual cada um vive subjetivamente essas medidas. Com isso, ao se tratar do tempo há uma parte objetiva e outra subjetiva.

Sob uma análise sociológica do tempo, serão adotados os princípios defendidos por Cardoso (2007), considerando que o tempo é uma construção social, que construções temporais resultam em culturas temporais diferentes, a depender, portanto, da sociedade e do momento histórico; que existe

uma multiplicidade de tempos sociais, mesmo que em cada cultura temporal haja um tempo dominante; e que a apreensão dessa multiplicidade temporal é feita, sobretudo, a partir da análise dos sujeitos, isto é, de vivências, experiências e representações temporais cotidianas. Logo, o tempo é antes de tudo uma experiência subjetiva, antes mesmo de se constituir uma medida de duração ou um objeto de reflexão.

Thompson (1998) aponta que comunidades tradicionais tinham uma relação com o tempo de trabalho baseada na satisfação de suas necessidades e de acordo com os ciclos naturais: tempo de caça, tempo de pesca, tempo de plantio etc. Com o avanço do capitalismo, essa relação com o trabalho, e conseqüentemente com o tempo, foi profundamente alterada. Por meio de diversas estratégias – divisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo. Então, “na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’” (THOMPSON, 1998, p. 298).

Também os meios, os instrumentais de trabalho são modificados, do uso de sua própria força, músculos, passa a objetos mecânicos e automatizados, como as máquinas desenvolvidas ao longo da história humana. E assim, no sistema capitalista, esse processo de trabalho visa à produção de mercadorias (MARX, 2013).

Neste contexto, para Souza (2016) é possível destacar a existência de uma temporalidade especificamente capitalista, na qual todo o decorrer do tempo, e até mesmo o tempo de lazer é mensurado em termos de produtividade. A transformação do tempo, na realidade capitalista, foi uma transformação tecnológica, e a invenção e aperfeiçoamento do relógio mecânico foi, como nenhuma outra, a invenção que se situa no limiar do capitalismo e permitiu sua expansão, pois permitiu o estabelecimento de relações de trabalho e produção.

Com isso, ao se analisar o trabalho na contemporaneidade, especialmente sob o manto do neoliberalismo e do toyotismo, com sua flexibilização das relações de trabalho, com o autogerenciamento e auto intensificação do trabalho, é cada vez mais comum o trabalho em casa, o *home office*, em que sequer se consegue distinguir quando começa e quando termina uma jornada de trabalho, de modo que o tempo de trabalho se mescla com as atividades de subsistências, de satisfação das necessidades sociais e de não trabalho, como o lazer e descanso.

Logo, é essencial a contextualização do trabalho no capitalismo, pois as mudanças no mundo do trabalho, acompanhadas de perto por um discurso que advoga a necessidade de enxugamento também das funções até então atribuídas aos Estados, atingem, profundamente, o serviço público, fazendo emergir novos mecanismos de gestão, como a gestão pela qualidade total, a avaliação de desempenho, a gestão por metas e competências, a flexibilização do trabalho, a imposição da polivalência e da profissionalização, dentre outros, ou seja, a lógica da fábrica flexível e reduzida se estende aos órgãos públicos.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca de tempos de trabalho e trabalho docente. Também foram utilizados como fontes de dados para a pesquisa, documentos oficiais que tratam do trabalho docente e da EPT, como leis e decretos federais regulamentadores, instruções normativas e portarias ministeriais, e regulamentos internos do IFMT e do Campus Cuiabá, dos quais se destacam os Regimentos Internos e Regulamentos de Atividades Docentes, com a finalidade de subsidiar o entendimento do contexto em que vivem os professores.

Para compreender e contabilizar os tempos de trabalho de docentes do IFMT – Campus Cuiabá, foi solicitada a participação na pesquisa por meio de um questionário eletrônico durante o primeiro semestre de 2019. O questionário foi disponibilizado a todos os docentes do campus por meio do e-mail institucional. Do montante de 238 docentes em atividade, foi possível obter e analisar a resposta de 72 profissionais que atuam nas diversas etapas de ensino da instituição (ensino médio integrado, graduação e pós-graduação). O questionário buscou colher informações objetivas relacionadas aos tempos de trabalho e de não trabalho dos professores.

Tabela 1: Perfil de professores entrevistados

Nome Fictício	Admissão	Regime	Área de atuação	Escolaridade	Idade
Pedro	2016	DE	Matemática	Mestrado	50
Maria	2005	DE	Secretariado Executivo	Mestrado	42
Rita	2009	DE	Educação Artística	Doutorado	40
Cora	2012	DE	Turismo	Doutorado	37
Bianca	2013	DE	Turismo	Mestrado	50
Raquel	1995	DE	Engenharia Civil	Doutorado	49
Fernando	2014	DE	Administração	Mestrado	30
Raul	2008	20h	Economia	Mestrado	46
André	2006	DE	Engenharia Elétrica	Mestrado	47
Ricardo	2011	DE	Turismo	Doutorado	39
Vitória	2009	DE	Contabilidade	Mestrado	47
Bárbara	2010	DE	Pedagogia	Mestrado	39
Ana	2008	DE	Psicologia	Mestrado	44
Antônio	2014	DE	Direito	Doutorado	34
Camila	2004	DE	Computação	Doutorado	40
Lucas	2012	DE	Turismo	Doutorado	37
Teresa	1986	DE	Engenharia Civil	Doutorado	64
Sara	1992	DE	Direito	Doutorado	51
Gustavo	2008	DE	História	Doutorado	42
Rafael	2010	DE	Engenharia Elétrica	Mestrado	44
Letícia	2014	DE	Economia	Doutorado	35
Davi	2011	DE	Computação	Doutorado	46
Luiz	2009	DE	Engenharia Elétrica	Doutorado	37
Clara	1997	DE	Biologia	Doutorado	50
Felipe	1987	DE	Matemática	Mestrado	57

Fonte: Elaboração própria (2019).

Obs.: O regime de trabalho DE refere-se ao trabalho em dedicação exclusiva, o que corresponde à situação da maioria das pessoas entrevistadas.

Para aprofundar a compreensão das vivências desses docentes, em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores do IFMT – Campus Cuiabá, no período de 8 de março a 19 de novembro de 2019. As entrevistas, realizadas individualmente com profissionais que

aceitaram formalmente participar da pesquisa após contato realizado pelo e-mail institucional ou pessoalmente nas dependências do instituto, foram registradas em arquivo digital e seguiram um roteiro de questões sobre jornada e condições de trabalho e os usos dos tempos dentro e fora do trabalho na instituição.

Toda coleta de dados seguiu as normas do Comitê de Ética em Pesquisa, sendo analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás através do Parecer nº 3.117.863, de 22 de janeiro de 2019 – CAAE 02872118.2.0000.5083.

Na escolha dos professores e professoras, buscou-se a maior diversidade possível, em termos de gênero, áreas de atuação e tempo de atividade profissional, sendo que a amostragem seguiu o critério de saturação dos dados. A saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado (TRIBBLE e SAINTONGE, 1999). A partir da análise de questões que se repetiam, considerou-se suficiente 25 entrevistas, de um total de 238 servidores em atividade docente (10,5%) sobre a percepção da identidade docente na educação profissional, conforme disposto na Tabela 1.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. TEMPO DE TRABALHO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Analisar como os professores do IFMT vivenciam os tempos de trabalho e de não trabalho não deve ficar restrito apenas à parte quantitativa de suas jornadas laborais, especialmente pela forma e natureza desse ofício. Em uma análise qualitativa, professores e professoras indicaram em entrevistas que o envolvimento direto com estudantes era o que mais apreciavam no trabalho docente, corroborando a abordagem de uma profissão de interações humanas, defendida por Tardif e Lessard (2014). Essa interação não se restringe àquelas em sala de aula, como registram os professores em depoimento:

[...] sou muito o lado humano né! [...] até essa coisa de mãe, eu acho que talvez um [...] toque de mãe, que eu sempre tento ver o lado deles [...]. Sou sempre aquela opinião de mãe, vai, conversa, tenta resolver, porque eu vou até um certo limite, né, principalmente quando dá aqueles problemas de professor-aluno, essas coisas que a gente não consegue. A gente traz um pouco desse lado humano, principalmente pros alunos, então, se os alunos têm algum tipo de problema, eu sempre tento auxiliá-los da melhor forma possível né, fica aquela preocupação com eles, porque a gente considera [...] tem essa consideração de filho. (Camila, 40 anos, docente de Computação)

Meus alunos também é como se fosse [...] uma relação de praticamente mãe e filho. Eu nunca tive nos meus trinta, quer dizer, nos meus trinta e quatro anos aqui, mais três anos que eu lecionei fora daqui, nunca tive um problema de espécime alguma com aluno, eu não sei o que é problema, nunca tive. (Teresa, 64 anos, docente de Engenharia Civil)

Com isso, o ser docente é visto como uma profissão baseada em atividades de interações humanas, como apresentou a professora Vitória (47 anos, docente de Contabilidade): “a gente envolve muito com os alunos, acolhe, tenta resolver os problemas”. A docência, portanto, é vista como um processo de relações humanas que se entende para além do conteúdo em sala de aula, revelando que as atividades que envolvem diretamente e presencialmente o aluno, são as mais valorizadas.

Considerando esta percepção, atenta-se para a consideração de Cardoso (2010), de que o tempo dedicado ao trabalho extrapola aquele contido em uma jornada:

Dessa forma, o tempo dedicado ao trabalho incluiria, por exemplo, as horas gastas com o deslocamento dos indivíduos da casa ao trabalho, o crescente tempo dedicado às atividades de qualificação, cada vez mais exigidas pelas empresas, e as horas de sobreaviso. Incluiria ainda o tempo dedicado às tarefas levadas para casa, que, na maior parte das vezes, ocorre de maneira informal, fortemente facilitadas pelo uso da internet e do celular (CARDOSO, 2010, p. 103).

Com esses apontamentos, e as especificidades do trabalho docente, muitas atividades que estão relacionadas ao labor não fazem parte da contabilização das jornadas de trabalho dos professores. O Regulamento de Atividades Docentes do Instituto Federal de Mato Grosso³ estabelece o quantitativo mínimo de aulas, que equivale a 12 aulas para professores com regime de trabalho de 40 horas semanais, e ainda estabelece a relação de 1 hora atividade para cada hora em sala de aula. Esse tempo, porém, não é suficiente para a realização de todas as atividades necessárias, visto a necessidade de planejamento de aula, elaboração de materiais, correção de atividades, lançamento de frequência, conteúdo e avaliações no sistema acadêmico, entre outras.

Por pressão dos professores, no ano de 2019 houve uma ampla discussão nos *campi* do IFMT para a adequação do Regulamento de Atividades Docentes. Um dos pontos mais reivindicados pelos trabalhadores era justamente o do aumento da hora-atividade, sendo que a sugestão era de 1,5 hora-atividade para cada hora em sala de aula, mas não houve alteração em relação a essa demanda, permanecendo a proporção de 1 hora-atividade para cada 1 hora em sala de aula.

Durante as entrevistas, uma professora chegou a ironizar sobre essa questão, relatando que os professores “perderam tempo” participando de reuniões, discutindo, justificando e preparando materiais para a melhoria do Regulamento de Atividades Docentes, que ao final elaboraram um “lindo material” que refletisse melhor a realidade do trabalho, mas que depois nada do que foi discutido foi implementado.

Depreende-se que o que é contabilizado oficialmente no IFMT são: atividades de regência de sala de aula, que constituem as aulas propriamente ditas, com limites mínimos e máximos estabelecidos de acordo com a jornada de trabalho do profissional; as horas-atividades, no mesmo quantitativo do tempo de regência, sendo que 20% deve ser destinado ao atendimento de discentes e os outros 80% para as atividades necessárias ao ensino; reuniões convocadas por superiores hierárquicos; orientações de discentes, com limites máximos estabelecidos; atividades de pesquisa e extensão, desde que devidamente registradas no âmbito institucional; e atividades de gestão, no caso de ocupantes de funções gratificadas ou cargos de direção, também com limites máximos estabelecidos.

Dessa forma, os professores semestralmente devem preencher seu Plano Individual de Trabalho - PIT⁴, que corresponde ao planejamento e descrição, obrigatório, das atividades dos docentes, e deve ser validado pela chefia, porém esse documento só permite o registro das cargas horárias dentro dos limites de mínimo e máximo estabelecidos nos regulamentos, e tudo que ultrapassa esses quantitativos não é aprovado, como relatam:

Todo semestre é a mesma história, eu faço o meu PIT e eles devolvem porque eu não posso colocar isso, eu não posso colocar aquilo. (Bárbara, 39 anos, docente de Pedagogia)

³ Aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 059/2018 disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/08/0d/080d1e0d-909c-474e-b8d8-1ca435be9a46/resolucao_no_0592018_-_regulamento_de_atividades_docentes_comp_1.pdf. Acessado em 24 de maio de 2022.

⁴ Documento institucional, instituído pelo Regulamento de Atividades Docentes do IFMT, por meio da Resolução CONSUP nº 059/2018, obrigatório a todos os docentes da instituição, que deve ser preenchido com todas as atividades e suas respectivas durações ao longo do semestre letivo. A somatória dos tempos descritos no documento, devem corresponder a jornada de trabalho do docente (20 ou 40 horas semanais).

Na verdade, eu tenho uma crítica bem profunda nesse PIT, que eu até compartilho com os colegas, que ele é um elemento de ficção né! Nem as coisas que são normatizadas, que você pode incluir ali, [...] você não pode incluir todas, porque ultrapassa as quarenta horas. (Antônio, 34 anos, docente de Direito)

[...] eu registro os conteúdos, mas não registro a carga horária, a carga horária - ela é 40 horas - você não pode registrar, mas, por exemplo, as atividades, os alunos que estão nos projetos, os alunos de TCC, os alunos que são voluntários, que eu tenho além, que faz acontecer os meus projetos, não é o aluno da pesquisa, não é! É o aluno de aula, é isso que é o grande valor dos projetos, todos esses projetos, eles nascem, são produtos das aulas. O projeto nasce na aula e dá continuidade, então são todos conteúdos da aula, são todos feitos em sala de aula. E lá é que eles viram projetos, então eu coloco o que foi feito, mas não tem como, não conto carga horária. Você não pode, é 40. (Teresa, 64 anos, docente de Engenharia Civil)

Essa lógica de estabelecer quantitativos mínimos e máximos para o registro das atividades laborais permeia todos os aspectos, limitando também as atividades de pesquisa e extensão, assim como outras atividades relacionadas ao ensino, como apresentam os professores:

[...] eu acho que o que a gente coloca ali naquele documento não é [tudo], pelo menos a minha realidade, não tá ali. Porque você coloca as aulas que você tem que ir trabalhar, o projeto, e você faz mil e uma coisas aqui dentro. Então pra mim aquilo ali é uma farsa, não é real. Eu mesmo com 15 orientandos, só pude colocar 3, e onde eu enfio os outros 12? Então pra mim não é real. (Cora, 37 anos, docente de Turismo)

No meu PIT não cabe. Eu e [...] fizemos o PIT, aí dá sessenta e tantas horas, de acordo com as horinhas lá de orientação. Meu PIT não cabe. (Lucas, 37 anos, docente de Turismo)

Essa mesma lógica de limitação de registro também é aplicada ao ponto eletrônico⁵, onde há a limitação de 8 horas diárias, podendo ser acrescida mais 2 horas, de modo que não é possível o registro de mais de 10 horas diárias. Os coordenadores de cursos, principalmente, relataram que é comum a jornada de trabalho de mais de 10 horas diárias dentro da instituição, porém quando vão registrar a saída no sistema de ponto eletrônico, há uma mensagem de que o registro se limitou a 10 horas, como relata uma professora:

[...] eu mesmo ontem, entrei 7 da manhã e saí 9 da noite, eu acho que deu treze horas de trabalho, almocei aqui perto mesmo e voltei. E eu bato, não minto o que eu estou fazendo. Saí pra almoçar e voltei pro trabalho, e eu registrei a saída e a volta. No começo, deu treze horas de trabalho, quatorze horas, e o que ele faz? Ele corta, tipo as três horas a mais, e fala que você trabalhou dez horas. (Camila, 40 anos, docente de Computação)

De acordo com as falas dos gestores em reuniões sobre a implantação do ponto eletrônico, todo o sistema foi configurado para seguir a legislação vigente, considerando o princípio constitucional da legalidade, de modo que a jornada é de no máximo 8 horas diárias, podendo ser acrescidas 2 horas em casos de necessidade, o que geram horas-extras. Mas como o trabalho docente é permeado de atividades em diversas áreas, é comum extrapolar, em um dia, essa limitação legal. Os professores que não estão investidos em funções ou cargos de confiança geralmente realizam grande parte de seus trabalhos em casa, porém entre os coordenadores de curso, a situação é diferente:

⁵ O sistema do ponto eletrônico foi configurado para atender à legislação federal para servidores públicos – Lei 8.112/1990, de modo que a carga horária diária de trabalho máxima permitida é de 8 horas regulares e mais 2 horas extraordinárias, sendo impedido o registro do que extrapolar isso. Conforme regulamento interno, não há o pagamento de horas extraordinárias, havendo um sistema de banco de horas.

Dá pra descrever três dias de trabalho diferentes. Têm dias de trabalho que são leves, dias moderados e dias mais pesados. Um dia leve, eu tenho por exemplo, atualmente, a coordenação que é na parte da tarde, e uma aula a noite, então [...] eu chego na instituição por volta das 14h e saio da instituição por volta das dez e quinze da noite. [...] Num dia moderado, tenho, eu tenho uma aula pela manhã, cedinho, sete horas, e aí eu vou pra casa, ou pra academia, malho e tudo mais, almoço e duas horas eu volto, e dou aula até as dez também. [...] Num dia *hard*, eu chego as sete horas e saio as dez da noite. (Fernando, 30 anos, docente de Administração)

Como relatado, constitui uma situação comum o fato de professores trabalharem nas dependências do Campus Cuiabá além de sua carga horária regulamentar, mas não podendo realizar os devidos registros no PIT ou ponto eletrônico, e com isso, desenvolveram meios de fazer com que, mesmo que de forma indireta, isso fique contido nos sistemas administrativos do IFMT.

Assim, uma professora da área de tecnologia da informação frisou que o sistema do ponto eletrônico só registra as 8 horas diárias e no máximo mais 2 horas-extras, mas que também identifica a hora de entrada e saída, de modo que no campo de horas trabalhadas consta no máximo 10 horas, porém pode-se verificar e comprovar a jornada toda acessando o sistema de controle da instituição (SUAP), os horários de início e término da jornada.

Já em relação ao preenchimento do PIT, entre os próprios trabalhadores há o consenso de que se deve registrar tudo que se realiza, anotando no campo de descrição da atividade e nas observações, além de todas as atividades realizadas, a carga horária real necessária, já que o sistema só barra o registro da carga horária no campo próprio da carga horária, como relata um professor:

[...] e eu estou orientando todos a deixar registrado, mesmo que não compute o horário, todas as atividades que fazem, porque isso contribui eventualmente pra qualquer problema, e até quando um órgão de fiscalização vier, você demonstrar que trabalha muito mais que se fala na sociedade, se faz muito mais que eles imaginam que se faça. (Antônio, 34 anos, docente de Direito)

Assim, há um controle institucional daquilo que é considerado tempo de trabalho dos docentes da instituição, tudo que extrapola os limites máximos estabelecidos para cada tipo de atividade não pode ser registrado no Plano Individual de Trabalho, mesmo que o docente execute a ação laborativa. Além disso, como o trabalho docente envolve uma série de atividades, também aquilo que não se enquadra nas normativas institucionais não pode ser contabilizado como tempo de trabalho na instituição.

4.2 TEMPOS DE TRABALHO NÃO CONTABILIZADOS

O tempo de trabalho dos professores do IFMT é definido oficialmente a partir de um aparato institucional visando o controle e o cumprimento da jornada de trabalho, especialmente através do PIT. Mas, como muitos professores relataram nas entrevistas, isso não reflete a realidade concreta.

Um exemplo é o sistema de gestão acadêmica do IFMT, em que diariamente o professor deve registrar a frequência e conteúdos trabalhados em sala de aula, porém esse sistema é *on line*, e nas dependências do Campus não há uma rede de *internet* que os professores possam utilizar com facilidade, somente o cabeamento fixo que conecta os computadores da instituição. Com isso, há necessidade de um trabalho duplo, uma vez que o professor deve verificar a frequência em sala de aula, e após deve lançar no sistema esses dados e conteúdos trabalhados em sala de aula, atividade essa que geralmente é executada nas residências, como relata uma professora:

[...] a questão dos registros é um problema. É muito bom dar aula, preparar, ir pra sala, mas quando parte da frequência, que ultimamente tem sido cobrada, do registro no sistema, dos alunos, frequência, que cada dia mais vem sendo exigido, no dia a dia mesmo, a palavra diário né, geralmente a gente fazia na semana

né, as vezes extrapolava até um pouco, você fecha um ciclo e fechava tudo né, isso é chato, confesso que é. Parece que você tá perdendo tempo, agora todo dia você ter que sentar, abrir o sistema, [...] achar os temas, começar a preencher, gasta mais tempo, todo dia fazer aquele ritual. (Letícia, 35 anos, docente de Economia)

Essa pressão se dá devido à Organização Didática do IFMT, que prevê que o sistema deve ser alimentado diariamente pelo docente, com possibilidade de sanções ao trabalhador caso isso não ocorra. Além disso, o sistema é engessado e pautado em metodologias tradicionais, aquelas de aulas expositivas, de forma que também gera mais tempo de trabalho o preenchimento pelos professores que utilizam outras metodologias pedagógicas:

Que eu menos gosto, é lançamento, a burocracia que envolve o processo de avaliação da instituição. Porque você precisa transformar suas atividades em relatórios, em lançamento de notas, lançamento de conceitos, e às vezes, a gente tem um sistema que exige que a gente lance faltas, lance conteúdos, lance notas, um sistema mais burocrático. [...] e isso cansa um pouquinho, a gente perde um pouco de tempo nisso, e isso é mais chato. (Ricardo, 39 anos, docente de Turismo)

Apurou-se que a atividade de preenchimento do sistema acadêmico, realizada por servidores técnico-administrativos até o início dos anos 2000, passou a ser realizada pelos professores, não sendo contabilizada no tempo de trabalho oficial, caso não se enquadre nas horas-atividades.

Não só essa atividade administrativa relacionada ao sistema de gestão acadêmica foi incorporada pelo docente, mas também outras, como a elaboração de toda documentação e acompanhamento do trâmite para a realização de visitas e viagens técnicas, que envolvem as autorizações necessárias quando menores de idade, agendamentos de transporte, verificações de seguros etc. Todas essas vivências temporais de trabalho não são registradas no PIT, tornando-se não reconhecidas institucionalmente.

Como a atividade docente não se limita ao ensino, pesquisa e extensão, tem havido cada vez mais incorporações de atividades que antes eram executadas por outros profissionais, exigindo-se um trabalhador polivalente, que atenda às necessidades dos discentes, domine a tecnologia e ainda realize o maior número de atividades possíveis, como já expresso por diversos autores (ANTUNES, 2009; PADILHA, 2003; HYPÓLITO, 2005; DAL ROSSO, 2008).

Outra atividade relatada como desgastante pelos entrevistados consiste em reuniões que são realizadas constantemente, em que há a convocação e obrigatoriedade para a participação. Essa obrigatoriedade se dá devido à necessidade de registro no ponto eletrônico, em que todos os docentes devem utilizar em três situações: ministrar aulas, atendimento ao aluno e reuniões. O quantitativo de reuniões realizadas e a forma de suas conduções foram um dos principais objetos de reclamações dos entrevistados, que reclamaram principalmente de reuniões demasiadamente longas e sem objetividade, de burocracias que afetam suas atividades finalísticas:

Olha o quê que eu não gosto, são reuniões intermináveis, e que não, não tem decisões. Eu lembro desde quando entrei aqui, nós estávamos discutindo tipo assim: uniforme de aluno, uniforme, uniforme, um ano inteiro uniforme e não decide, então reuniões sem objetividade [...]. (Felipe, 57 anos, docente de Matemática)

Nesse mesmo sentido, uma professora (Ana, 44 anos, docente de Psicologia) questionou sua situação, apontando que, de acordo com o Regulamento de Atividades Docentes, ela deve trabalhar na instituição em dois turnos, visto estar enquadrada na jornada de trabalho de 40 horas semanais, de modo que ministra aulas no período matutino – em turmas do ensino médio integrado – e a noturno – turmas de bacharelados -, porém toda semana é convocada para reuniões no período vespertino. Assim, em seu depoimento, ela entende que as reuniões do seu departamento são

realizadas à tarde, que é o turno em que não há aulas regulares, porém, os professores já atuam em outros dois turnos, gerando uma situação de extrapolação da carga horária de trabalho regulamentada – de no máximo 8 horas diárias - além de um desarranjo da vida privada, de apropriação do seu tempo de não trabalho e de estresse pois o sistema de ponto eletrônico não registra todo o tempo trabalhado.

Com isso, verifica-se que o tempo de trabalho dos docentes não se limita às horas em sala de aula, ou em pesquisas e extensão, mas grande parte desse tempo é despendido também com atividades burocráticas que acabam por estender ainda mais as jornadas de trabalho dos professores. Diante dessa realidade, todos os entrevistados relataram que não registram todas as atividades laborais no PIT, ou quando conseguem registrar, não registram a verdadeira carga horária despendida na sua execução, pois somente é possível registrar aquilo que está disposto na regulamentação, ou seja, deve-se primeiramente preencher a atividade de regência de aulas, e conseqüentemente, a de atividades de preparação e manutenção do ensino e apoio ao ensino (as horas-atividades), e o que faltar para completar a carga horária da jornada de trabalho vai sendo preenchido com as outras atividades até seu limite, ficando sem registro, e portanto, sem contabilização uma séria de atividades ou tempos de trabalho.

Um outro tempo que não é contabilizado institucionalmente é o tempo de deslocamento dos professores de casa para o IFMT e o retorno para casa, frisando que muitos professores realizam esse deslocamento mais de uma vez por dia, visto trabalharem em dois turnos distintos. Em relação a isso, o questionário eletrônico aplicado revelou que o tempo diário médio gasto com o transporte para o trabalho é de menos de uma hora por dia para 73% dos professores, enquanto 24% dos docentes gastam entre 1 e 2 horas por dia. Neste sentido, oficialmente é um tempo não contabilizado, não considerado como tempo de trabalho, mas que é utilizado para o trabalho. Assim, em relação a esse tempo de deslocamento, pode-se verificar uma subtração do tempo de não trabalho.

Situação similar ocorre com outros momentos relacionados às atividades didáticas, como o tempo utilizado com estudos fora da jornada de trabalho contabilizada no IFMT, ou seja, todos os estudos que não estejam abrangidos nas atividades descritas no seu Plano Individual de Trabalho – PIT. Em relação aos estudos, foi construída a Figura 1, a partir dos dados coletados no questionário eletrônico.

Como observado, a grande maioria dos professores dedica algum tempo a estudos, mesmo que isso não conste nas suas jornadas de trabalho, sendo que apenas 17 docentes responderam que dedicam de 0 a 4 horas semanais a estudos. Essa situação também indica o apontado anteriormente, e constante nas entrevistas: o que compreende o tempo de trabalho dos docentes?

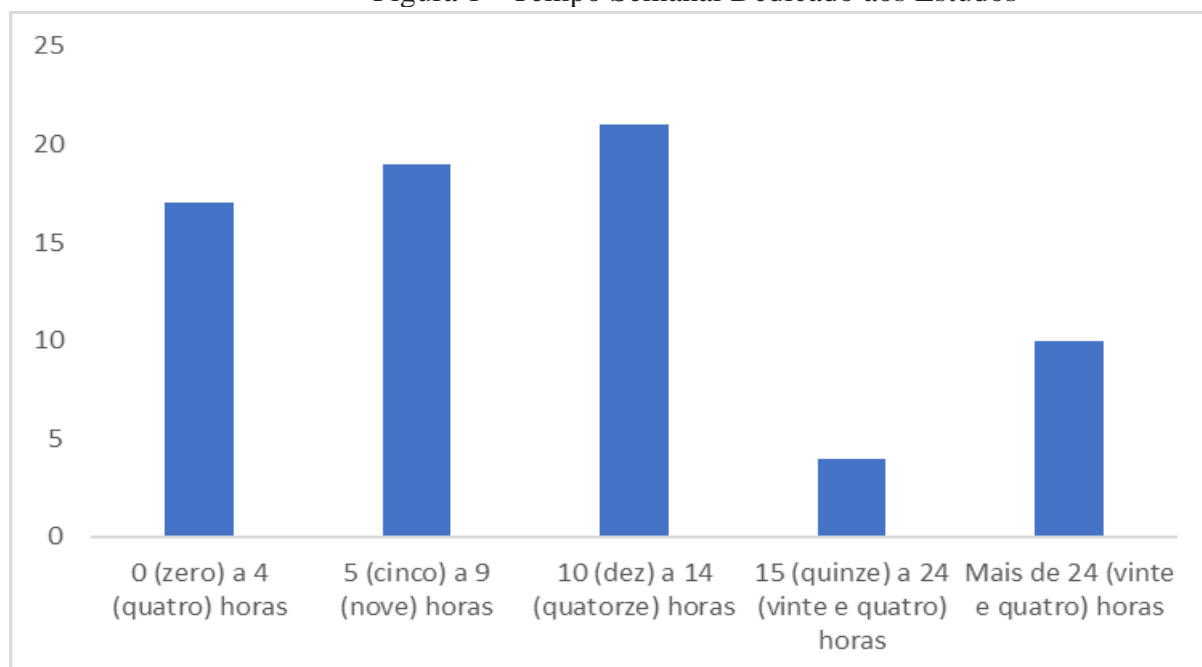
A literatura aponta que a necessidade de estar sempre atualizado, sempre estudando, é uma das características da atividade docente (HYPOLITO, 2005; TARDIF; LESSARD, 2014). Quantitativamente têm-se uma grande maioria que dedica tempo considerável aos estudos, embora isso não seja compreendido como uma carga horária em seus tempos de trabalhos formais junto ao IFMT.

Nessa lógica as exigências da polivalência que caem sobre os ombros de docentes, de estar sempre atualizado, da necessidade de inovação, de domínio das novas tecnologias e conhecimentos (HYPOLITO, 2005), faz com tenham que dedicar muito tempo a leituras, a estudos e preparação de aulas e materiais didáticos, mas há limitação para os seus registros no PIT.

Observa-se, assim, a centralidade do trabalho moldando os tempos dos professores, e ainda como o tempo de trabalho é vivenciado, não sendo percebido muitas vezes, como nos casos de estudos, de preparação de novas didáticas, de deslocamentos, etc., ou não podendo ser registrando

de forma a fazer parte da jornada de trabalho oficial, como em todos os casos que extrapolam a jornada regular.

Figura 1 - Tempo Semanal Dedicado aos Estudos



Fonte: Elaboração própria (2019), a partir dos questionários aplicados.

Considerando essa dinâmica de trabalho, verificou-se que alguns tempos que estão ligados diretamente ao trabalho docente não são percebidos e contabilizados como tempos de trabalho. Nesse sentido, a maioria dos professores entrevistados só consideram o tempo de estudo como tempo de trabalho quando está relacionado ao preparo de aulas ou em atividades de pesquisa e extensão. Assim, estudos que não tenham essa vinculação direta, ainda que sejam necessários à atualização profissional, não são percebidos enquanto tempo de trabalho.

Essa falta de percepção também compreende o tempo de deslocamento dos servidores para o trabalho e deste para casa. Ao considerarem esse tempo como curto, no qual podem inclusive realizarem outras atividades: ouvir o rádio, músicas, palestras etc., não o enquadram como tempo de trabalho. Muitas vezes, nem têm noção desse tempo acumulado ao longo de uma semana ou mês, visto sua fragmentação.

4.3 FRONTEIRAS ENTRE OS TEMPOS SOCIAIS

A partir dessas considerações dos professores, pode-se perceber que para a maioria desses profissionais não há fronteiras claras entre os tempos de trabalho e de não trabalho. As fronteiras são muito fluidas, com tempo de trabalho adentrando o que era tempo de não trabalho, e às vezes, o tempo de trabalho é visto como lazer e/ou tempo de não trabalho. É o caso de professores que relataram considerar afazeres domésticos como tempo de lazer, por fugir da rotina de atividades educacionais, além dos estudos, que mesmo relacionados à atualização e desenvolvimento do conhecimento, são vistos por alguns como uma atividade prazerosa de descanso.

Nesse sentido, alguns entrevistados enfatizaram que, no geral, não conseguem conceber fronteiras ou divisões entre os tempos, e que isso se dá devido às características do trabalho docente:

Não tenho essa fronteira definida. [...] Eu acho que é por conta da docência. [...] por exemplo, agora eu vou descansar, vou assistir um filme, daqui a pouco você tá assistindo esse filme assim, fala assim, isso aqui dá pra trabalhar tal coisa em sala de aula; você tá lendo um artigo, você vai ler uma notícia, então assim, parece que é tudo, volta pra docência. Essa sensação que eu tenho. (Maria, 42 anos, docente de Secretariado Executivo)

Então, não tem essa divisão não, é difícil. Eu só posso te dizer que existe isso, eu falar agora eu estou descansando, mas não existe isso programado, então eu consigo ver que em momentos, eu estou em momento de lazer, que eu posso considerar não trabalho, mas tem momentos que nesse mesmo período eu estou desenvolvendo atividades de trabalho. Então não tem como dividir isso, acho que é bem fluido mesmo. (Ricardo, 39 anos, docente de Turismo)

O que se observou na pesquisa é a coincidência de situações com a questão de tempo livre, pois professores que afirmaram que, com a experiência profissional adquirida ao longo da carreira, conseguem administrar seus tempos, e assim conseguem algum tempo livre no período letivo, são os mesmos – a minoria – que responderam que conseguem estabelecer fronteiras entre os tempos de trabalho e não trabalho. Aqueles que declararam que não têm tempo livre ao longo do período letivo, ou que possuem um pequeno tempo nos finais de semana, foram os que afirmaram não conseguir distinguir claramente os tempos, como constante nas duas falas anteriores.

Nessas situações, remete-se à “liquidez” da vida contemporânea apresentada por Bauman (2001) em que as relações econômicas ficaram sobrepostas às relações sociais e humanas, a lógica do consumo entrou no lugar da lógica da moral, e a incapacidade das pessoas de pararem e ficarem paradas.

Assim, os professores sempre estão fazendo algo, buscando algo, estudando algo, produzindo algo, e com isso cada vez têm menos tempo, o trabalho, sob seus diversos vieses – estudos, pesquisa, extensão – toma o lugar que era da família, do lazer, do ócio e contemplação.

Com isso, quem conseguiu romper com essa lógica, quem resistiu a esse momento da sociedade, foram aqueles professores que afirmaram que a experiência os possibilitou essa vivência, seja por necessidade, por exemplo nos casos de problemas de saúde, ou por desenvolvimento consciente, por meio de estudos, do desenvolvimento de conhecimentos necessários aplicados às suas situações práticas, como relata uma professora:

[...] num tempo antes da minha vida eu não via essa divisão não. Eu ficava muitas horas no trabalho, e quando chegava em casa, conversava com o meu marido e estava falando de trabalho, ou de pessoas do trabalho, ou falando do trabalho. Hoje eu consigo. Venho pro trabalho, eu estou no trabalho. Estou na aula, eu estou na aula. Saí da aula, acabou a aula. [...]. Eu consigo dividir perfeitamente o trabalho da casa, dos outros ambientes, eu separo cada coisa. Cada coisa, na hora que estou fazendo aquela coisa é só aquela coisa. [...] Bom, na verdade eu investi muito em crescimento pessoal. Eu já fiz [...] mais de 800 horas de cursos na área de comunicação, de relacionamento, e isso mudou a minha mente. (Raquel, 49 anos, docente de Engenharia Civil)

Essa resistência ao movimento geral de organização da vida em torno do trabalho também foi comentada por outra professora que, devido a problemas de saúde, passou a buscar ajuda profissional para separar seus tempos, por meio de psicoterapia, revelando não ser uma tarefa fácil, pois foi educada para trabalhar a todo momento.

Se nos primórdios do capitalismo a moral cristã – protestante – foi essencial para a educação dos indivíduos para o trabalho, à lógica do capital (WEBER, 2004), atualmente a própria estrutura

social faz essa função (BAUMAN, 2001; STANDING, 2013). Isso ficou evidente nas angústias e falas da maioria dos professores e professoras, em que o tempo livre não é enaltecido, e o excesso de trabalho, a quase totalidade do tempo disponível durante um dia ser dedicado ao trabalho é visto como virtude ou a necessidade para a vida de consumo.

5 CONCLUSÕES

Ao analisar os tempos de trabalho dos professores e professoras do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá que não são contabilizados institucionalmente, e em alguns casos nem são reconhecidos como tais, há a necessidade da compreensão das vivências temporais, assim como do trabalho docente de uma forma geral.

Neste sentido, há uma grande pressão pela polivalência, e considerando a natureza de suas profissões, os professores lidam com uma série de atividades, envolvendo partes técnicas e partes de interações humanas. Além de sua atuação em ensinamentos diversos, há ainda pressão, seja da instituição, sociedade, alunos ou do próprio trabalhador, para a utilização de novas metodologias, o domínio das tecnologias, desenvolver competências para além daquelas técnicas e profissionais, como as comportamentais, assumir atividades que eram realizadas por outros servidores, como as burocráticas, realizar pesquisa e extensão, enfim o tempo de trabalho já não é focado apenas no ensino em sala de aula, mas um conjunto diverso de atribuições e cobranças.

Nas entrevistas com docentes, foram comuns os relatos de dedicação de consideráveis parcelas de seus tempos para o conhecimento, entendimento e desenvolvimento de novas tecnologias para enriquecer e, a princípio, facilitar o entendimento dos conteúdos pelos discentes. Com isso, acabam incrementando mais ainda seus tempos de trabalho, ainda que a tecnologia tenha um propósito de facilitar e diminuir o tempo de trabalho.

Considerando essa dinâmica de trabalho, verificou-se que alguns tempos que estão ligados diretamente ao trabalho docente, não são percebidos e contabilizados como tempos de trabalho. Nesse sentido, a maioria dos professores entrevistados só consideram o tempo de estudo como tempo de trabalho quando está relacionado ao preparo de aulas ou em atividades de pesquisa e extensão. Assim, estudos que não tenham essa vinculação direta, ainda que sejam necessários à atualização profissional, não são percebidos enquanto tempo de trabalho. Esta percepção também compreende o tempo de deslocamento dos servidores para o trabalho e deste para casa.

Como relatado, ao se considerar as rotinas descritas por docentes do Campus Cuiabá, percebe-se que os tempos de trabalho são os que compreendem a maior parte de suas vivências, constituindo referências para a organização de outros tempos. Mas há tanta diversidade de atividades, de modos de execução dessas atividades, fragmentação dos trabalhos, necessidade de arranjos entre os tempos, que os professores e professoras vivem uma rotina de exaustão e de culpa, já que a prioridade é a execução do trabalho que é fiscalizado, o constante no PIT, em detrimento daquele que envolve o cuidado essencial a membros da família ou o autocuidado.

Com isso, todos relataram uma disparidade entre os tempos de trabalho docente registrados nos Planos Individuais de Trabalho – PIT e a realidade vivenciada, devido ao impedimento do registro de todas as cargas horárias dedicadas ao trabalho docente. Isso contribui para que o tempo de trabalho que não corresponda à sala de aula, às reuniões e ao atendimento direto e presencial ao aluno se torne invisível. Contribui ainda para que os próprios trabalhadores não tenham uma consciência da totalidade de seus tempos de trabalho ao longo de uma semana.

O tempo de trabalho acaba adentrando ao de não trabalho, não constituindo fronteiras claras. Exemplo disso é o tempo dedicado a leituras, que a princípio não constituem materiais a serem utilizados nas atividades da educação no IFMT. Ao longo de sua experiência, professores

relatam que acabam fazendo anotações, fichamentos e separação de materiais a serem utilizados em sala de aula, em pesquisas ou projetos de extensão. Nesse sentido, a atividade que era de lazer, de não trabalho, passa a incorporar parte de trabalho. O mesmo ocorre quando estão assistindo filmes, séries, documentários, e até mesmo com conversas e reuniões com amigos.

Espera-se contribuir para a discussão acerca das vivências temporais de modo a promover reflexões – e ações – em que o trabalho não seja ainda mais explorado por meio de tempos não contabilizados, que as ações docentes possam ser mais autônomas e contextualizadas às especificidades de cada turma e o trabalho docente possa ser mais valorizado.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: vivências cotidianas de trabalhadores. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. Os trabalhadores e suas vivências cotidianas: dos tempos de trabalho e de não-trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, 2010.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Global educational restructuring, school organizations, and teachers**: the effects of conservative and counter-hegemonic educational policies on teachers' work in Brazil. (PhD Dissertation). University of Wisconsin, Madison, 2005.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Reestruturação curricular e autointensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, p.100-112, 2009.
- IFMT. **Resolução CONSUP/IFMT nº 059, de 10 de dezembro de 2018**. Aprova o Regulamento de Atividades Docentes no Instituto Federal de Mato Grosso. Cuiabá: IFMT, 2013.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PADILHA, Valquíria. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). **Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- SOUZA, Aparecida Neri de. Professores, modernização e precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Os sentidos do tempo** – o tempo histórico, filosófico, cotidiano. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução João Batista Kreuch. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIBBLE, Denise St-Cyr; SAINTONGE, Line. Réalité, subjectivité et crédibilité en recherche qualitative: quelques questionnements. **Recherches Qualitatives**, v. 20, 1999.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.